



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638356 - RS (2021/0000699-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ELIAS KOAKOSKI
ADVOGADO : ELIAS KOAKOSKI - RS084481
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JONATHAN CORBETT DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN CORBETT DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 70084382738 e nº CNJ 0076632-62.2020.8.21.7000).

Consta dos autos que "o apenado cumpria pena de seis anos e seis meses de reclusão, em regime semiaberto, pela prática do crime de roubo majorado, quando sobreveio cadastramento de nova condenação"... "a pena de cinco anos de reclusão, pela prática do crime de tráfico de drogas" (fl. 22).

Pelo Juízo de execução foi mantido o cumprimento em regime semiaberto, mas, em recurso ao Tribunal de origem, apresentado pelo Ministério Público, diante da nova pena unificada de 9 anos, 7 meses e 3 dias de reclusão, foi determinado o cumprimento da pena em regime fechado.

Sustenta o impetrante que "o r. acórdão que determinou que o paciente deve passar a cumprir a pena em regime fechado não transitou em julgado porque há nulidade processual no trâmite do referido recurso", uma vez que não houve intimação do ora impetrante do acórdão proferido em sede de agravo em execução" (fl. 4).

Alega que há "flagrante ilegalidade na condução do paciente ao regime fechado" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de "*Habeas Corpus*, para anular a decisão monocrática que revogou a liminar concedida no *Habeas Corpus* n. 70084761394; ou reconhecer a nulidade processual no Agravo de Execução n. 70084382738, com a reabertura do prazo recursal" para reinclusão do paciente no

programa de monitoramento eletrônico (fl. 11).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, quanto ao pleito referente ao HC n. 70084761394, observa-se que a decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Relativamente ao Agravo de Execução n. 70084382738, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, conheço em parte do presente *habeas corpus* e o faço quanto ao pleito referente ao Agravo em Execução Penal n. 70084382738, em relação ao qual indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente